

PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO (1894-1937)**Antonio Celso FERREIRA*****Marcelo Lapuente MAHL****

Resumo: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, inaugurado no ano de 1894, foi um dos mais importantes espaços de formulação ideológica das elites intelectuais paulistas, na virada do século XIX. Ao longo da primeira república, esses associados produziram um vasto e eclético conjunto de artigos, unindo, de forma bastante singular, beletrismo e erudição com os paradigmas científicos próprios de sua época. Além disso, os sócios do IHGSP, localizados em um período anterior à consolidação dos espaços acadêmicos, também discutiram aspectos da preservação do patrimônio local e regional, inserindo-os em uma lógica própria de valorização da história e da *civilização bandeirante*, como um modelo de ação e atuação a ser admirado e seguido por todo o país.

Palavras-chave: Vida Intelectual. Patrimônio Paulista. História Cultural.

PRESERVATION AND HERITAGE AT THE SAO PAULO HISTORY AND GEOGRAPHY INSTITUTE (1894-1937)

Abstract: The Institute of History and Geography in São Paulo, inaugurated in 1894, was one of the most important places for the ideological formulation of the intellectual elites in the State of Sao Paulo at the turn of the 19th century. Throughout the first republican government, those members produced a huge and eclectic amount of articles, fusing, in a very unique way, fine arts and scholarship with the scientific paradigms peculiar to that period. Furthermore, the Institute of History and Geography's members, coming from a period prior to the consolidation of academic spaces, also discussed aspects of the preservation of local and regional heritage, including them within a customized schema of the

* Professor Titular - Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis - Av. Dom Antonio, 2100, CEP 19806-900, Assis, São Paulo - Brasil. E-mail: acelsof@terra.com.br.

** Professor Adjunto Doutor - Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia - Campus Santa Mônica, Bloco H, Sala 1H49, Uberlândia, Minas Gerais - Brasil. E-mail: mlmhistor@hotmail.com.

recognition of their history and the explorer's way of life, as an example of action and actualization to be admired and followed by the whole country.

Keywords: Intellectual Life. Paulista Heritage. Cultural History.

I

Protetores da memória paulista. Defensores das tradições da civilização bandeirante, moldada pelo esforço da *raça* heroica que se forjou ao longo dos séculos no planalto de Piratininga. Estas seriam as palavras de apresentação que certamente agradariam ao seleto grupo de intelectuais polígrafos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na capital do Estado, no ocaso do século XIX. Epítetos que soam aos olhos do leitor atual como uma mistura pouco convincente de arrogância e ingenuidade; mas que se ajustam perfeitamente a essa elite letrada que fazia pouca distinção entre história e memória, e que acreditava no passado – mesmo que imerso em projeções pouco confiáveis –, como um lugar seguro ante as incertezas do presente.

Nas primeiras páginas de sua revista inaugural, publicada em 1895, os sócios do Instituto localizam o conhecimento histórico em uma posição privilegiada perante os demais saberes. Por conseguinte, exerciam suas atividades como historiadores em consonância com as concepções teóricas preponderantes no século XIX, que entendiam o passado como um amplo espaço de homens e ações adormecidos pela distância temporal e pelo esquecimento. Caberia aos ilustrados de então fazer emergir dessa penumbra os atos de heroísmo e coragem de alguns sujeitos especialmente escolhidos, assim como os fatos dignos de lembrança e exaltação.

Esse pequeno texto, intitulado *Ao leitor*, veio saudar o público sem a assinatura de um autor em especial, o que reforça o seu caráter de manifesto, na medida em que revela os planos coletivos que esses sócios, *a priori*, julgavam comungar. Em sua peculiar concisão, não deixa dúvidas sobre os objetivos apologéticos da agremiação: “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”¹. Quanto aos fatos e temas sujeitos à operação histórica, sugere a busca incansável pela “origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções erradas sobre factos que merecerem ser devidamente conhecidos”². E é exatamente nesse anseio de revelar o passado – expressão eloquente de um projeto que é, ao mesmo tempo, cultural e político –, isto é, aquele que poderia contribuir para uma visão panegírica da propalada *civilização paulista*, que suas concepções de patrimônio se evidenciam.

O patrimônio, que é o próprio passado ressignificado – material ou não –, atuante sobre a memória coletiva, tornou-se um importante componente do processo de construção

de uma identidade regional, nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nesse sentido, seus associados interpretavam o tempo transcorrido como testemunho de uma época, que ao tomar as mais diversas formas materiais –, resquícios arqueológicos ou etnográficos, monumentos, ou até corpos exumados –, tornava visível e palpável o que era, antes de tudo, desejo, conceito e abstração direcionados à interpretação do passado. Portanto, a descoberta dos restos mortais do padre Diogo Antonio Feijó, que mereceu destaque no volume XXIII da revista, e sua transformação em relíquia da história paulista pelos agremiados, é um ótimo exemplo do poder do discurso histórico, que não somente contribuiu para a construção do sujeito Diogo Antonio Feijó como personagem especial, cuja trajetória de vida deveria servir como exemplo de atuação política e fé religiosa; como também converteu em patrimônio seus restos mortais, que transpuseram sua condição de pó para se tornarem testemunhas de sua glória e motivo de adoração patriótica (FREITAS, 1925, v. XXIII, p. 19-57).

A *patrimonização* crescente do passado, a partir da era moderna, teve sua origem no amplo processo de formação e consolidação dos Estados e das identidades nacionais. A coesão social tão desejada foi o impulso inicial para as funções de segurança e estabilidade que o passado e a memória deveriam propiciar. Entretanto, foi principalmente a partir do século XIX que as discussões a respeito do que deveria ou não ser preservado se ampliam e se diversificam. Na França, em especial, a participação de escritores, arquitetos, historiadores e políticos nos debates sobre a preservação acompanhou o próprio momento de institucionalização e adoção de políticas públicas específicas ligadas à questão patrimonial (FREITAS, 1925, v. XXIII, p. 19-57)³.

No Brasil, a década de 1920 pode ser considerada um marco no desenvolvimento das políticas e dos debates públicos voltados para a temática do patrimônio. Esta emergência de ideias que atribuíam novos significados ao passado – trazendo à luz o problema da preservação –, relaciona-se a um processo mais amplo e complexo de mudanças que marcou os anos 20, quando grupos originários de diversas camadas sociais passaram a fazer um balanço da República, avaliando projetos e percursos, muitas vezes malfadados, ao mesmo tempo em que voltavam seus olhos para o futuro. Não obstante, esse foi um período bastante conturbado, quando o confronto de ideias, principalmente nos campos intelectual e político, acabou por gerar acirradas disputas sobre as melhores formas de conduzir a sociedade brasileira rumo à modernidade. Como afirma Milton Lahuerta,

[...] É justamente nos anos 20 que a decepção quanto à possibilidade de a República realizar o ideal de uma sociedade nova torna-se absolutamente explosiva. Particularmente para os intelectuais, a década de 1920 será de

questionamentos inéditos, até então, e que permanecem em pauta pelas próximas décadas. (LAHUERTA, 1997, p. 93)

Naquela conjuntura, velhos e novos paradigmas entravam em confronto. Entre eles, os debates relacionados aos limites raciais do povo brasileiro; as possibilidades de ação e de transformação do país por meio das práticas médicas e das ações sanitárias; além de novos projetos para a educação das massas, que despontavam cada vez mais como sujeitos políticos e sociais. Todos esses amplos e complexos temas acabaram por monopolizar as discussões entre os diversos grupos da inteligência nacional, ao mesmo tempo em que o campo intelectual brasileiro estava em franco processo de consolidação⁴. No efervescente e renovado mercado editorial brasileiro – no qual Monteiro Lobato, então editor da *Revista do Brasil* e proprietário da Companhia Editora Nacional, pode ser considerado uma figura paradigmática –, ideias circulavam e se faziam presentes, potencializando o desejo cada vez mais vivo dos intelectuais de não somente pensar o país, mas também e, principalmente, intervir na sociedade (LUCA, 1998).

É em meio a esse conturbado período de mudanças que se expandem, no Brasil, os debates relacionados às políticas de preservação e de patrimônio. Delineia-se também nessa época uma concepção de patrimônio fundamentada na “preocupação com a salvação dos vestígios do passado na Nação, e mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico” (FONSECA, 2009, p. 81). Entretanto, foi com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se concretizou, efetivamente, a primeira experiência bem-sucedida de institucionalização dessas ações no país.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado nos anos de 1936 e 1937, durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, em meio às profundas mudanças na estrutura do governo federal implementadas ao longo da presidência de Getúlio Vargas. Em seus primeiros anos, o SPHAN abrigou em seus quadros vários intelectuais ligados ao movimento modernista. O próprio projeto para a secretaria foi elaborado por Mário de Andrade, que juntamente com outros nomes do modernismo brasileiro, como os de Lúcio Costa, Manuel Bandeira e Cândido Portinari, teve influência definitiva no início do funcionamento da instituição (FONSECA, 2009, p. 97-99).

O plano apresentado por Mário de Andrade para o SPHAN não pode ser separado das concepções artísticas e culturais do autor de *Macunaíma*. Sua visão de patrimônio foi marcada por uma concepção bastante abrangente do tema, que incorporou como bens patrimoniais não somente as expressões arquitetônicas ou culturais já consagradas por seu significado histórico ou estético, mas também as manifestações populares. Tal concepção

relaciona-se diretamente com as próprias ideias propostas pelo modernismo, que buscava nas raízes da cultura nacional, identificadas principalmente com as matrizes africanas e indígenas, o caminho para a construção de uma cultura independente, livre do sentimento de inferioridade e subserviência em relação aos valores estrangeiros. Entretanto, a abrangência do projeto, e mais especificamente, a pouca dedicação às questões jurídicas que deveriam fazer parte de um trabalho desse tipo, acabaram restringindo as possibilidades de implantação em sua totalidade⁵.

Como explica Maria Cecília Londres Fonseca, o projeto de Mário de Andrade acabou sendo substituído pelo estudo elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi oficializado em 30 de novembro de 1937, sob a forma de decreto-lei, nº 25, com amplo apoio do ministro Capanema. Apesar de ter o seu plano preterido, Mário de Andrade não se afastou do órgão, colaborando efetivamente com Rodrigo M. F. Andrade; que nomeado diretor do Serviço, posição que ocupou entre os anos de 1936 e 1967, procurou manter, ao longo de toda a sua trajetória no SPHAN, uma ligação muito estreita com as propostas modernistas e seus maiores expoentes (FONSECA, 2009, p. 100-106).

Por outro lado, essa visão ampla e plural sobre patrimônio histórico, artístico e cultural, que pensava as diversas manifestações populares como valores passíveis de preservação, projetada inicialmente por Mário de Andrade, não foi implementada de forma uniforme ao longo da história do órgão. Se, a partir da década de 1980, as políticas federais de patrimônio demonstram um esforço por ampliar e tornar mais plural a visão dos bens culturais passíveis de preservação, é fato que, desde sua fundação, o órgão instituído por Capanema acabou, a despeito da atuação de importantes nomes da vida intelectual nacional, dedicando mais atenção aos edifícios já consagrados por uma visão tradicional e conservadora do passado, ainda ligada ao ideal dos grandes feitos e dos grandes personagens, ou ainda aos movimentos artísticos estabelecidos pela história da arte, em detrimento daquilo que Mário de Andrade preconizava: a importância de valorização dos traços nacionais ligados às manifestações populares. Assim, o que se priorizou no SPHAN foi:

[...] o patrimônio edificado e arquitetônico – a chamada “pedra e cal” – em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes ao um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação.

[...] preservaram-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços (ORÍÁ, 1997, p. 131).

A valorização de determinados bens patrimoniais, principalmente arquitetônicos do período colonial e imperial, que fossem representativos da cultura dos colonizadores portugueses ou das elites nacionais, marcou as atividades do SPHAN até a década de 1970. Entretanto, foi exatamente neste período que tais políticas começaram a ser questionadas, principalmente quanto à sua conotação conservadora e restritiva, do que resultou uma mudança no direcionamento da secretaria, após mais de trinta anos de sua fundação pelo gabinete Capanema⁶.

As concepções de patrimônio e as práticas de preservação não podem ser compreendidas fora das demandas sociais e valores culturais comungados em uma determinada época sobre o passado e a história. Como afirma François Hartog, “o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber” (HARTOG, 2006, v. 22, p. 266). Neste sentido, os esforços empreendidos pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em preservar bens culturais, fossem eles materiais ou não, ou monumentalizar determinados fatos ou sujeitos, antes mesmo da fundação do SPHAN e da atuação deste como polo aglutinador e direcionador das políticas públicas de preservação, estavam diretamente relacionados à compreensão que esses mesmos intelectuais compartilhavam sobre o papel da história na construção da identidade paulista, nas primeiras décadas do século XX.

Não se pode, portanto, ignorar as condições históricas e sociais que marcam a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1894. Profundamente vinculado aos interesses das elites econômicas e intelectuais paulistas, o IHGSP nasceu sob o signo da exaltação da história de São Paulo frente aos outros Estados da então jovem República, inspirando-se em seu congênere mais notório, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, e que se transformou no modelo para os demais Institutos surgidos por todo país, ao longo da segunda metade do século XIX (GUIMARÃES, 1988, v. XI, p. 5-27)⁷. O IHGB teve entre seus membros inúmeras figuras expressivas da vida cultural brasileira do século XIX. Nomes como Gonçalves Dias, Alfredo d’Escagnolle Taunay, Francisco Adolfo de Varnhagen, tiveram passagens importantes pela casa, além do próprio Pedro II, que, amante das artes e das ciências, comparecia às reuniões e envolvia-se diretamente nas atividades do Instituto (SCHWARCZ, 1998). Portanto, enquanto o IHGB buscou, ao longo do século XIX, consolidar uma determinada visão sobre a história do Brasil bastante influenciada pela força atrativa exercida pelo próprio monarca, o IHGSP voltou seu olhar para as tradições, a história e os valores paulistas na construção histórica do Brasil.

Os artigos publicados na revista do Instituto paulista, a qual começou a circular com periodicidade anual a partir de 1895⁸, são marcados pelo *beletrismo* próprio da

intelectualidade do período. Os autores expressam em seus textos uma mistura singular de erudição e rebuscamento estilístico, à luz do que entendiam por ciência, transitando entre diferentes gêneros narrativos e temáticos. Assim, são encontrados nessas publicações, entre outros, trabalhos ligados ao que se poderia chamar de uma história política tradicional (*As origens republicanas do Brasil; Prodomos da independência na Villa de Ytú*), estudos biográficos (*O suplício de Chaguinhas; Quem era o bacharel degredado em Cananéa?*), genealógicos (*Apontamentos genealógicos de famílias Iguapenses; Estudos Genealógicos*), e geográficos (*Qual a principal cabeceira do rio Paraná?; Clima brasileiro*) (JAGUARIBE, 1895, v. I, p. 19-129; ORLANDO, 1910, v. XV, p. 291-303; PIZA, 1902, v. V, p. 148-168; PIZA, 1899, v. V, p. 3-48; SAMPAIO, 1902, v. VII, p. 208-286; SILVA, 1909, v. XIV, p. 229-237; TOLEDO, 1910, v. XV, p. 405-421; YOUNG, 1905, v. X, p. 3-29). Entretanto, esses autores utilizaram tão livremente os referenciais teóricos e narrativos da época que, tomar tais classificações de forma definitiva levará a uma limitação nas possibilidades de compreensão dessa produção.

O período de maior prestígio da revista se estendeu entre a sua fundação e a década de 1930, quando o início das atividades da Universidade de São Paulo marcou um novo momento da vida intelectual paulista e, por que não dizer, nacional. Entretanto, alguns membros do Instituto Histórico de São Paulo também foram incorporados à nova universidade, como Alfredo Ellis Jr., professor de História de Civilização Brasileira; Roberto Simonsen, que teve participação direta na fundação da Escola de Sociologia e Política; e Fernando de Azevedo, docente na Faculdade de Filosofia. Todos exerceram funções docentes na Universidade de São Paulo, tendo passado também pela agremiação paulista⁹.

O perfil dos sócios do IHGSP não se alterou de forma significativa no período de 1894 a 1940. Apesar da pluralidade de nomes – em 1940, a casa contava com um número aproximado de mil sócios –, a agremiação manteve um aspecto fortemente elitizado, com representantes destacados da vida política, econômica, cultural e social do país. Um exemplo significativo desse perfil se mostra claramente entre os sócios que integravam os grupos políticos dirigentes da nação. Encontramos nas listas dos associados presidentes da República (Prudente de Moraes, Washington Luís, Rodrigues Alves); do Estado de São Paulo (Jorge Tibiriçá, Fernando Prestes, Júlio Prestes), além de dezenas de deputados, senadores e prefeitos, majoritariamente paulistas. Esses mesmos contornos singulares são encontrados quando se expande a pesquisa para as vinculações dos sócios com os setores da vida econômica, cultural e social da nação.



Imagem 1 - A proximidade com o poder político dominante revelava-se não somente na ajuda financeira que os cofres públicos ofereciam para o funcionamento da agremiação, mas também pelo grande número de sócios ligados à vida política nacional. Outros sinais desta relação estreita se manifestam em vários momentos, como na publicação de textos e fotografias que aludiam aos governantes paulistas em exercício de seu mandato. Neste caso, o volume XXII da revista, totalmente dedicado às comemorações do centenário da independência do Brasil, não se furtou em apresentar reproduções fotográficas do então presidente de São Paulo, Washington Luis, cercado por parte de seu secretariado (FREITAS, 1923, v. XXII, p. 39-125).

Nesse sentido, o Instituto não era, e nem tinha o objetivo de se apresentar como uma associação de caráter popular, o que se observa claramente quando se analisa a origem ou o perfil socioeconômico de seus associados. Além disso, a agremiação não se colocava como um representante da multiplicidade de grupos sociais que se formavam naquela *fremente* São Paulo, que crescia de forma vertiginosa no início do século XX¹⁰. Ela se reconhecia, antes de tudo, como um espaço genuinamente paulista, representando de forma preponderante os valores daqueles que se consideravam descendentes, física e/ou moralmente, dos *primeiros troncos paulistas*¹¹. Assim, o IHGSP se posicionava como um local privilegiado de convívio para os membros das classes dirigentes tanto em nível estadual quanto federal; e foi a partir dessa posição muito bem delimitada e constantemente reavivada nas páginas das revistas, por meio dos estudos genealógicos e das biografias efusivas, que se construiu um conjunto de afirmações e crenças sobre o patrimônio paulista.

II

A exaltação da história paulista expressou-se de forma singular na defesa do patrimônio entre os sócios da agremiação. Já no volume segundo da revista, o geógrafo

Theodoro Sampaio – um dos fundadores da casa, negro e baiano, mas já assimilado entre os letrados paulistas em razão da sua notoriedade intelectual –, revelou uma visão bastante apurada sobre preservação e história. Convocado pelo Governo do Estado para avaliar as condições dos prédios que faziam parte do complexo histórico conhecido como Pátio do Colégio, no centro da capital, ele se surpreendeu com o desabamento de parte da igreja, provavelmente devido às fortes chuvas que se abateram sobre a capital em março de 1896, que acabaram revelando as péssimas condições de preservação da antiga construção. A chamada *Igreja do pátio do colégio* guardava, entre suas paredes de taipa, artefatos que datavam do século XVII e XVIII. Além disso, sob seu solo consagrado repousavam os restos mortais de inúmeros indivíduos ligados ao movimento bandeirantista, o que a colocava como uma das mais importantes relíquias da antiga São Paulo colonial (SANTO, 2010, p. 264-265).

O desabamento definitivo da igreja, que para muitos era inevitável, após sua ruína parcial, levou Theodoro Sampaio a defender a necessidade de uma descrição pormenorizada do edifício, como forma de manter para a posteridade aquele que, para os defensores da história paulista, era uma das mais importantes testemunhas da *civilização bandeirante*. Em um momento especial, Sampaio desenvolve um raciocínio bastante singular, que revela sua crença na superioridade da história como valor universal e unificador, se comparada aos interesses e valores individuais:

Se para muitos o velho templo se não impunha pelo ideal de crença; se esta construção não nos captivava pelo apuro da esthetica; para todos, porem, ella se erguia como uma relíquia veneranda, como o sanctuário das nossas mais caras tradições; ella recordava o berço d'aquellas gerações de aventureiros que nos deram o Brasil, o maior dos territórios americanos; ella recordava-nos ainda na sua modestíssima apparencia o muito que temos caminhado, perseguindo o nosso ideal civilizador atravez de tres seculos de vicissitudes (SAMPAIO, 1898, v. II, p. 5).

É esta valorização da história, acima dos interesses individuais, que justificava a preservação do templo por meio da palavra – uma vez que o prédio em si estava condenado de forma irremediável –, como uma testemunha do passado paulista que os sócios do IHGSP queriam heroico e exemplar. Nota-se, então, claramente, o caráter específico que esta noção de patrimônio comportava: o bem preservado deveria representar um ideal mais alto de sociedade e de civilização, para que os homens e as ações do passado inspirassem o presente, em um processo de continuidade que direcionaria e inspiraria a sociedade no futuro. A preservação da história deveria, portanto, servir como ligação entre os bandeirantes do passado e seus autointitulados descendentes, que por meio das homenagens e das ações de rememoração manteriam viva a chama da epopeia paulista.



Imagem 2 - Reprodução do pátio do colégio, publicada no volume II da revista, dando destaque muito maior ao palácio presidencial que à Igreja (no canto superior direito) que havia acabado de desabar parcialmente. Não há alusão à foto original, mas fica evidente a estilização dessa área, representada quase como uma *villa* romana, com suas estátuas e fontes imaculadas, além da atenção especial dedicada à arquitetura neoclássica do prédio principal. Sem dúvida, uma escolha mais próxima das visões grandiosas sobre a história paulista compartilhada pelos sócios do Instituto, que certamente não gostariam de ver revelados maiores detalhes de sua velha igreja colonial em ruínas (SAMPAIO, 1898, v. II, p. 5).

Portanto, toda a defesa de bens patrimoniais, materiais ou não, nas primeiras décadas de funcionamento do Instituto Histórico paulista, se relacionava, de forma direta e permanente, à busca pela valorização de determinados indivíduos ou fatos da história de São Paulo.

Mas não bastava apenas preservar os testemunhos materiais do passado: cumpria também erguer monumentos para aquilo que sobreviveu somente como lembrança esfumada no espírito de um povo. Era o caso, por exemplo, dos fatos relativos à participação dos paulistas no processo de independência do Brasil, considerada decisiva pelos membros do instituto, mas carente de simbologia própria, capaz de dar solidez a uma memória que o tempo ia diluindo. Especialmente com o desaparecimento das velhas gerações de paulistas, nascidos na época do Império, e o recente afluxo de imigrantes e migrantes na metrópole, sem identificação com a memória regional, urgia resgatar os personagens da terra que forjaram a soberania nacional.

É com esse objetivo que Domingos Jaguaribe apresenta aos seus consócios, em fevereiro de 1909, proposta de ereção de um monumento em honra a José Bonifácio, chamado de *patriarca da nossa nacionalidade*. Para tanto, traça uma biografia enaltecida daquele santista que alcançou fama como sábio de *philosophia natural* na Europa, teve papel destacado no rompimento do Brasil com Portugal, penou no exílio, privou da amizade de Pedro I, mas por ele foi atraído, e assim mesmo aceitou a tarefa de educar seus herdeiros após a abdicação do imperador. Comparando-o a Benjamim Franklin, herói norte-americano também nascido em *berço obscuro*, Jaguaribe conclama o instituto a fazer-lhe justiça por meio de uma campanha nacional a fim de “obter recursos para desapropriar o local onde repousam os restos mortais do grande brasileiro, montando-se condigno monumento”¹².

Aprovada na sessão seguinte com base em parecer assinado por João Moraes, Arcipestre E. G. da Fontoura e Washington Luís, a proposta de Domingos Jaguaribe seria afinal ampliada, em maio do mesmo ano, prevendo-se que a homenagem contemplasse ainda seus outros dois irmãos, igualmente dignos de glória como heróis da independência brasileira: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada:

Resolve a comissão, a bem da verdade histórica, unir os três irmãos Andradas no mesmo monumento, mantida a preeminência que o talento de Antonio Carlos e a inteligência de Martim Francisco sempre reconheceram em José Bonifácio, de modo a significarem: José Bonifácio a capacidade, Antonio Carlos a eloquência e Martim Francisco a administração – traços característicos dessa trindade inicial do patriotismo brasileiro¹³.

Mais de dez anos se passaram, no entanto, para que esses esforços ganhassem concretude. Seria na oportunidade da comemoração do primeiro centenário da independência, realizada em várias cidades do Estado de São Paulo, que o panteão dos Andradas foi finalmente entregue aos santistas. Nos discursos, então proferidos, foram novamente realçados os feitos da trindade Andradina em prol da independência, reduzindo-se, nessa medida e na contracorrente da memória oficial, o papel de Pedro I a uma pálida figuração durante aqueles episódios.



Imagem 3 - O Monumento aos Andradas, inaugurado com festividade na cidade de Santos, como parte das comemorações do centenário da Independência. Entre os irmãos, José Bonifácio de Andrada e Silva foi o que mereceu mais elogios entre os sócios do Instituto, que viram em sua atuação política pró-independência um exemplo da postura cívico/patriótica digna dos maiores paulistas¹⁴.

Aliás, as festividades do centenário foram também precedidas de várias outras iniciativas no propósito de resgatar vultos paulistas devotados ao amor à pátria. Uma das mais importantes foi a procura dos restos mortais do Padre Diogo Antonio Feijó, falecido em 1843, mas extraviados durante o seu traslado da Ordem Terceira do Carmo para a Ordem Terceira de São Francisco, em 1852. Já na sessão regimental do IHGSP, de 5 de outubro de 1917, Affonso A. de Freitas apresenta proposta de organização de uma comissão de pesquisa para conhecimento do paradeiro daqueles despojos¹⁵. Para além dos monumentos que então eram esculpidos no intento de comemorar a data, tal descoberta equivaleria a uma verdadeira prova material dos feitos paulistas à altura de 1822.

Ao justificar sua proposta, Affonso A. de Freitas traça o perfil daquele “homem apoucado de physico, claudicante de saúde, porém, athleta de animo e sadio de espírito”, que

Melhor defendeu os interesses brasileiros nas Côrtes de Lisboa e que, quando ministro da Justiça e quando regente do Império, salvou o Brasil da anarchia e da ruína [...] cuja pétrea inflexibilidade e indomita energia ficaram sem exemplo no período bragantino imperial.

A investigação empreendida pelos sócios do Instituto transcorreu durante um ano, envolvendo a pesquisa em velhos manuscritos, entrevistas com personalidades venerandas, a escavação dos túmulos em ambas as Ordens religiosas e, descoberto o cadáver, a medição do seu crânio de acordo com os preceitos médicos legais da época. Ao fim e ao cabo, pôde o presidente da comissão relatar o encontro do jazigo do ilustre paulista na Ordem Franciscana:

Primeiramente descobre-se um rolete de papel contendo 4 exemplares impressos da 'Oração Funebre' recitada pelo reverendo Gomes de Camargo, nas exéquias do corpo presente de Feijó; depois aparece um frasco de vidro, 'um recipiente envolto em velludo', uma 'redoma', contendo o coração, o grande coração de Feijó, perfeitamente conservado [...] Depois... surge um esquite de chumbo [...] dentro jazia um cadáver de adulto, embalsamado e revestido de paramentos sacerdotaes completos¹⁶.

Mais do que uma manifestação do culto ao passado ou da obsessão com o fenômeno da morte, a descoberta dos despojos de Feijó devia valer como atestado de vida da *raça bandeirante*, da sua persistência no presente e projeção ao futuro. Assim como os monumentos, preservados ou erguidos, significava a própria encarnação do espírito histórico paulista.



Imagem 4 - Reprodução da maquete do Monumento à Independência, construído em frente ao Museu do Ipiranga. Inaugurado ainda incompleto em 1922, foi mais um marco simbólico erigido para as comemorações do centenário da independência em São Paulo. Sua entrega à cidade foi uma oportunidade magnífica para os sócios do Instituto enaltecereem a participação paulista no processo de emancipação política nacional¹⁷.

O ano de 1922 coroou todos esses empreendimentos de glorificação da história de São Paulo. A inauguração do Monumento do Ipiranga, embora inacabado, foi o ápice de tal afã. Curioso notar, entretanto, que nesses mesmos idos, outros grupos étnicos, principalmente os italianos e os portugueses, também começavam a se juntar para criar seus próprios patrimônios simbólicos, diversos e divergentes da memória oficial paulista. Afora estes, a comunidade negra paulista seguiria sua vida sem memória edificada. Somente em 1955 seria levantado, no centro da cidade de São Paulo, o seu primeiro monumento: uma *Mãe Preta*¹⁸ a amamentar uma criança branca.

A história também frequenta o mundo dos mortos vivos.

Recebido em 13/5/2011

Aprovado em 16/5/2011

NOTAS

1 *Ao leitor*. In: **Revista do IHGSP**. São Paulo. v.I. p. 3-5, 1895.

2 *Ibid.*, p. 3-5.

3 Um quadro abrangente do processo de institucionalização das políticas patrimoniais na França pode ser encontrado em: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

4 Sobre a formação do campo intelectual brasileiro, ver: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Para uma visão mais ampla desse processo no contexto europeu, consultar: BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais*. v. I, II e III. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007; BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1997; WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

5 O maior problema, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (op. cit., p. 104-106), com o projeto elaborado por Mário de Andrade, foi a pouca importância dada pelo intelectual paulista à questão das desapropriações e dos tombamentos, uma vez que este era um item fundamental para a implementação das políticas da secretaria, e que acabavam esbarrando no direito de propriedade, garantido por lei pela Constituição federal. Tais questões foram solucionadas de forma mais competente por Rodrigo Melo Franco de Andrade que, advogado por formação, mostrou-se mais atento aos assuntos jurídicos que envolviam a criação do SPHAN.

6 Como afirma FONSECA: “[...] em termos conceituais, a ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador tornava problemática, nos anos 70, uma identificação social mais abrangente com o patrimônio. Para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular” (op. cit., p. 143).

7 Sobre os Institutos Históricos brasileiros, e seu papel na vida intelectual nacional, consultar também: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

8 Entre os anos de 1895 e 1940 ocorreu somente uma quebra importante na periodicidade da publicação. Foi no ano de 1932, quando os fatos políticos ligados ao movimento constitucionalista paulista acabaram dificultando os trabalhos na agremiação. Somente em 1935 a revista voltou a circular, partindo do volume XXX, que esperou três anos para chegar ao seu seletor público, trazendo artigos produzidos, segundo informações da própria revista, entre os anos de 1931 e 1932.

9 O fato de muitos professores da recém-criada Universidade de São Paulo terem pertencido aos quadros associativos do IHGSP – muitos dos quais, como Alfredo Ellis Jr., com bastante desenvoltura –, demonstra a importância desse espaço como um local de sociabilidade bastante respeitado entre os grupos intelectuais paulistas, pelo menos até o final da década de 1930.

10 Um perfil mais completo sobre os sócios do IHGSP pode ser encontrado em FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante – letrados, instituições e invenção história (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. Ver também: MAHL, Marcelo Lapuente. *O paulista e o outro: A construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Orgs). *Letras e Identidades – São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008. Sobre as transformações que marcaram o início do século XX em São Paulo, ver: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

11 Um ótimo exemplo dessa tentativa de vinculação entre os paulistas do passado e do presente, no contexto da produção intelectual do IHGSP, pode ser encontrado em: ELLIS Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euro-americano*. In: *Revista do IHGSP*. São Paulo: v. XXIX. p. 93-143, 1932.

12 *Revista do IHGSP*, vol. XIV, 1909, p. 171-177.

13 *Idem*, p. 181-182.

14 *Revista do IHGSP*, vol. XXII, 1923.

15 Os componentes da comissão foram o Senador Luiz Piza, o tenente-coronel Pedro Dias de Campos, o coronel João Lellis Vieira e o padre Deusdedit de Araújo, além de Affonso A. de Freitas.

16 *Revista do IHGSP*, vol. XXIII, p. 47.

17 *Ibid.*, s.n.

18 Obra esculpida por Júlio Guerra, localizada no Largo Paissandu, ao lado da Igreja N. Sr^a do Rosário dos Homens Pretos.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREITAS, Affonso A. de. Comemoração oficial e demonstrações de regosijo publico pela passagem do primeiro centenário da independência em São Paulo. *Revista do IHGSP*. v. XXII. p. 39-125, 1923.

_____. Os restos mortaes do padre Diogo Antonio Feijó. *Revista do IHGSP*. São Paulo. v. XXIII. p. 19-57, 1925.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricas*, v. XI, p. 5-27, 1988.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte: vol. 22. p.266. Julho/Dezembro 2006.

JAGUARIBE, Domingos. As origens republicanas do Brasil. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v.I, p. 19-129, 1895.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LUCA, Tânia Regina. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

ORLANDO, Arthur. Clima brasileiro. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. XV, p. 291-303, 1910.

PIZA, A. de Toledo. O suplício de Chaguinhas. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. V, p. 3-48, 1899.

_____. Prodomos da independência na Villa de Ytú. *Revista do IHGSP*. São Paulo: v. VII. p. 148-168, 1902.

SAMPAIO, Theodoro. Memória sobre a Igreja do Collegio dos Jesuitas de São Paulo. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. II, p. 5, 1898.

_____. Quem era o bacharel degredado em Cananéa. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. VII, p. 280-286, 1902.

SANTO, Ademir Pereira dos. *Theodoro Sampaio – nos sertões e nas cidades*. Rio de Janeiro: Versal, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Henrique. Qual a principal cabeceira do rio Paraná. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. XIV, p. 229-237, 1909.

TOLEDO, Lafayette. Notas Genealógicas. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. XV, p. 405-421, 1910.

YOUNG, Ernesto Guilherme. Apontamentos genealógicos de famílias Iguapenses. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. X, p. 3-29, 1905.